OCUPAÇÕES URBANAS: MEMÓRIA E AÇÕES COLETIVAS

Marcelo Arioli Heck[1]
Rodrigo Schames Isoppo[2]

Resumo

A modernidade ocidental é marcada pela excessiva produção de informação, efeito da sofisticação digital e da globalização. As tecnologias de poder, paralelamente, se voltam a produzir uma subjetividade individualizante atuando, através da mídia de massa e da publicidade, nos campos mais profundos do sujeito, no corpo, no pensamento e no desejo. Do mesmo modo, a História e seus métodos cartesianos se utilizam da narrativa dominante para preencher suas páginas, sugerindo que existe uma verdade sobre o nosso passado que é escrita pela mão dos vencedores (Benjamin, 1987). A velocidade da informação ajuda a empobrecer a experiência singular do sujeito e apagar os rastros culturais minoritários, fazendo-se necessário uma análise da produção da memória coletiva e suas expressões narrativas. Neste cenário ocorre constantemente o ofuscamento de diversos elementos constitutivos da coletividade, como a memória e as questões associadas a ela. Neste cenário caótico, a proposta é apresentar uma visão a partir da base do movimento, sem qualquer filtro de negócios (mídia e Estado), mas nem por isso neutro politicamente - pelo contrário. Propõe-se, assim, através de

[1]Universidade Federal do Rio Grande do Sul

[2]Universidade Federal do Rio Grande do Sul

um método investigativo, analisar como as mobilizações sociais têm se organizado para resgatar e produzir outra memória coletiva que respeite a multiplicidade e a singularidade dos que são excluídos pelos poderes e pela história. A questão central é se, a partir das ocupações dos espaços da cidade, seja através do espaço público em si como também representado por instituições públicas, a produção da memória coletiva ainda se sustenta para além de seus acontecimentos. As manifestações urbanas aqui analisadas e discutidas não podem ser classificadas como organizações, mas sim como ações coletivas, definidas por Tilly e Tarrow (2007) como coordenação de esforços em favor de interesses ou programas compartilhados. Os elementos constitutivos da memória, individual ou coletiva, são os acontecimentos vividos pessoalmente e também pelo grupo ou coletividade à qual a pessoa se sente pertencer.

Palavras chave

Ocupações, Memória, Movimentos sociais

Abstract

Western modernity is marked by the excessive production of information, effect of digital sophistication and globalization. The technologies of power, in parallel, return to produce an individualizing subjectivity acting, through mass media and advertising, in the deeper fields of the subject, in the body, in thought and desire. In the same way, History and its Cartesian methods use the dominant narrative to fill their pages, suggesting that there is a truth about our past that is written by the hand of the victors (Benjamin, 1987). The speed of information helps to impoverish the individual's unique experience and erase minority cultural traces, necessitating an analysis of the production of collective memory and its narrative expressions. In this scenario, the dazzling of several constitutive elements of the collectivity, such as memory and the issues

associated with it, constantly occurs. In this chaotic scenario, the proposal is to present a vision from the base of the movement, without any business filter (media and state), but not so politically neutral - on the contrary. It is proposed, therefore, through an investigative method, to analyze how social mobilizations have organized to rescue and produce another collective memory that respects the multiplicity and uniqueness of those excluded by powers and history. The central question is whether, from the occupations of the spaces of the city, through public space itself or represented by public institutions, the production of the collective memory still sustains itself beyond its events. The urban manifestations analyzed and discussed here can't be classified as organizations, but rather as collective actions defined by Tilly and Tarrow (2007) as coordinating efforts in favor of shared interests or programs. The constitutive elements of memory, individual or collective, are the events lived personally and also by the group or collectivity to which the person feels himself to belong.

Keywords

Occupation, Memory, Social Movements

I. Ações Coletivas nos Novos Movimentos Sociais no Brasil

Em uma assembleia da Ocupação do Instituto de Psicologia e Serviço Social, ouve-se o seguinte comentário: Somos fortes, pois já nascemos sem medo da morte. Essa afirmação de uma vantagem destaca uma particularidade dos movimentos sociais contemporâneos, através da qual estes se diferem dos tradicionais, que é relacionada com a temporalidade da ação. Os movimentos anteriores, inclusive por uma questão de modo de organização dos participantes (nestes também chamados de militantes), tem-se uma preocupação de manutenção histórica de um movimento organizado. Assim, tão importante quanto o momento da ação esta suas heranças históricas (que o conferem a classificação relacionada com a tradição do movimento) quanto uma necessidade de manutenção do movimento ao longo do tempo. Temos aí a vinculação de movimentos sociais com instituições, tais como centros e diretórios acadêmicos e partido políticos. Para

o movimento estudantil, por exemplo, é fundamental a continuidade constante de ações, mesmo que em brasa, sob pena de esvair-se o movimento que, quando necessário, deve se por em chama de pronto. Aqui está o medo da morte. Nos novos movimentos sociais, analisados aqui a partir de fragmentos de narrativas imbricadas a conceituação teórica dos repertórios de ação, a questão central não é o intervalo de tempo do movimento, desde que ele se mova. Saia da inércia. Estabelece-se uma quebra de precedentes visando uma ação específica, direcionada, em que pese sempre engajada a uma causa maior (no sentido de escala de abrangência, não te tamanho de grandeza – elemento intangível). Esse trabalho tem como interesse analisar como os movimentos sociais atuais têm atualizado suas articulações, modos de funcionamento e posicionamento político para dar conta do fenômeno moderno neoliberal que individualiza os corpos, acelera o tempo, inibe a experiência e fragmenta as coletividades.

A questão não é a inexistência de entusiasmo pra que uma ocupação durasse o máximo de tempo possível, mas sim que existisse uma consciência de que seu fim não poderia ser controlado pelo coletivo organizador. Neste cenário, a finitude é inevitável, voluntariamente ou não. Portanto não haveria motivos para investir esforços em se eternizar ou atribuir sua vitória à sua longevidade. Com um cuidado de não desmerecer ou diminuir as lutas passadas, é importante dizer que um novo imaginário político de oposição está se construindo, em contrapartida a um pensamento e prática de Estado que, mesmo sustentado por raízes arcaicas e conservadoras, atualiza também suas práticas e tecnologias de poder. As lutas passadas devem ser rememoradas com uma virtuosidade crítica: elas também envelhecem, embora sua luta contra a morte.

Analisando os movimentos sociais tradicionais pela figura de linguagem de sua velhice, temos outra característica que corrobora a necessidade de valorização destas, que é uma característica dos velhos: sua história e sua memória. Com relação à história, muitos feitos foram conquistados através deles e estes seguem sendo responsáveis pela realização de uma constante oposição no cenário político, embora este último necessite nacionalmente uma reforma (ou revolução?), objetivando uma modernização de sua estrutura engessada e muito imbricada ao Estado, especialmente em virtude de sua institucionalização. Com relação à memória, é fato de que parte do repertório de ação utilizado nas manifestações

populares mais reconhecidas mundialmente utiliza-se de pressupostos de temas e de repertórios de ação muitas vezes utilizados historicamente, sendo adaptado para cada situação a partir de referências nacionais e internacionais. Trata-se de ações coletivas, definidas por Tilly e Tarrow (2007) como coordenação de esforços em favor de interesses ou programas compartilhados, organizadas por sujeitos políticos que tomam o espaço como território em disputa através da ação propriamente dita ou do discurso envolvido.

Nacionalmente, analisando o histórico recente, tem-se na década de 90, momento de reestruturação dos movimentos sociais pós-ditadura militar, um investimento que, apesar de ter possibilitado uma rica herança de militância e conquistas sociais, tornou-se insuficiente na conjuntura da crise política atual. Os movimentos de oposição operária fundamentaram-se em sua institucionalização com o objetivo de criar uma unidade com força significativa para atuar autonomamente, inicialmente contra e em seguida através da maquina estatal na garantia dos direitos sociais dos trabalhadores. Uma unidade, um código e, por fim, uma representação capaz de disputar nas eleições diretas cadeiras no executivo e no legislativo do país. Os sindicatos e movimentos estudantis mobilizaram sua visibilidade através dos comícios públicos e enfrentaram os interesses dominantes através das greves como forma de paralisar as atividades predatórias do capital que ainda tinha nas fábricas a força motriz do funcionamento das metrópoles: quando a fábrica parava, a cidade colapsava, pressionando os governantes a dialogar os direitos trabalhistas. Dialogando com movimentos sociais, várias políticas públicas foram implementadas pela por esta sequência de gestões presidenciais, através da qual foi possível compensar o atraso provocado pela velha república latifundiária e pela ditadura militar que colocou milhões na profunda miséria, retomando grandes avanços sociais. Contudo, ao mesmo tempo, se consolidava uma complexa dependência institucional que, alem de não dar conta do contingente populacional, tornava-se mais burocratizada e, desta forma, obrigando-se a dialogar política e economicamente com os mais diversos setores. Muitos movimentos sociais passaram a ser aparelhados com o Estado para não perder sua visibilidade, hierarquizando-se e deliberando suas decisões às escuras.

O Estado, que nunca governou sozinho, foi aos poucos demarcando sua distância com as demandas populares, até sofrer as primeiras grandes insurreições em meados de 2013 no solo nacional. Como pauta, inicialmente, estes levantes questionavam o aumento das tarifas do transporte coletivo e as obras relacionadas à Copa do Mundo FIFA 2014. Trata-se, portanto, de eventos que não tinham direta relação com uma oposição política específica, mas sim, às condutas do Estado e suas relações com o mercado. A relação com a cidade esta posta a partir da relação dos temas com o direto à cidade (Lefebvre, 2008 [1968]), seja pela pauta como pelo repertório de ação com a ocupação de ruas em grandes caminhadas, ocupação de prédios e acampamentos. Ainda no cenário nacional, além destes grandes protestos, em diversas cidades começaram a haver pequenas ações coletivas, que questionavam a real ocupação do espaço e das instituições públicas seja através da sua relação com a utilização da bicicleta, contra políticas públicas voltadas aos automóveis e questionando o que alguns movimentos evidenciam como uma privatização de espaços públicos, através de cercamentos e parcerias público-privadas.

Tais ações tem referência direta a eventos nacionais e internacionais, evidenciando características do que há de mais avançado nos movimentos sociais urbanos atuais, como a relação entre protesto e acampamento, repetindo a tática utilizada em diferentes pontos do planeta em movimentos cuja pauta emerge na crise financeira internacional no *Occupy* nos EUA e nos Indignados na Espanha, passando pelas lutas democráticas no norte da África, em especial na Praça Tahrir, no Egito, e na Praça Taksim em Istambul. As relações entre estes levantes podem ser associados através de seu tema (significação e ressignificação do que é essencialmente público), por meio da sua forma de organização autônoma, ou ainda a partir das semelhanças entre os repertórios de ação (Heck, 2015).

A definição de novos movimentos sociais realizada por Touraine (2006) já traz esta associação, uma vez a maior diferenciação entre estes e os movimentos tradicionais ocorre à medida que seu conflito central é de ordem cultural e não social, visto que o que se encontra ameaçado é um modelo de cultura, incorporada aos conceitos aqui apresentados de política urbana. Trata-se de um novo processo qualitativo de cultura política que objetiva um ganho social direto, ao contrário dos movimentos sociais do paradigma norte-americano e da teoria

marxista que propõe alterar a estrutura social a partir do sistema de classes sociais. A proposta destes é a defesa de direitos de qualquer cidadão, como a livre expressão e a livre escolha de um estilo, através da difusão e valorização de eventos. Por meio destes almejam transformar a realidade como o exemplo das lutas pela igualdade de direitos entre sexos e etnias distintas.

Este breve resgate histórico auxilia na reflexão sobre uma mudança de paradigma nas estratégias de organização destes novos movimentos que hoje insurretam no país. Ao contrário dos tradicionais, estes não buscam uma unidade no sentido de um discurso único, não possuem códigos ou estatutos previamente elaborados a partir de um suporte ideológico. Sua estrutura busca a autonomia e a horizontalidade, sendo de malgrado atribuir-se uma liderança, um guia ou um representante. E, uma característica fundamental que tem se apresentado devido à crise da representação política: a descrença de uma atuação através do Estado. Pelo contrário, estes movimentos não se sentem representados, contemplados ou acolhidos pelo Estado, por isso sua militância e suas transformações políticas se operam apesar do Estado.

Dito isso, voltemos às ocupações. O Instituto de Psicologia e Serviço Social, assim como muitos outros institutos da UFRGS ancorados num movimento nacional, foi ocupado pelos estudantes, a fim de fazer pressão ao governo federal para a não-aprovação da PEC 55, da medida provisória da Reforma do Ensino Médio e do projeto de lei Escola Sem Partido que ameaça o futuro da Universidade e da população como um todo. O movimento foi inspirado pelas ocupações das escolas estaduais pelos secundaristas Brasil a fora no fim do ano de 2015. O que consagrou e encorajou os discentes à decisão em assembleia aberta para ocuparem seus prédios por quase dois meses, se deu menos pela crença de que esses projetos fossem barrados pelo legislativo (não há mais crença no legislativo), mas mais por uma irrupção, uma marca de empoderamento e uma disposição de entregar seu corpo a essa experiência enquanto única via possível para disputar os jogos de verdade.

Pode-se dizer que esses levantes temporários, ao invés de reverter uma posição permanente dos jogos de poder, funcionam como um grito, uma mensagem urgente de insatisfação que, mesmo temporários, produzem uma memória duradoura que põe em cheque aquilo que até então era naturalizado no seio da

sociedade. Ainda neste sentido, Bey apresenta as Zonas Autônomas Temporárias, afirmando:

> "Não queremos dizer que a TAZ [Zona Autônoma Temporária] é um fim em si mesmo, substituindo todas as outras formas de organização, táticas e objetivos. Nós a recomendamos porque ela pode fornecer a qualidade do enlevamento associado ao levante sem necessariamente levar à violência e ao martírio. A TAZ é uma espécie de rebelião que não confronta o Estado diretamente, uma operação de guerrilha que libera uma área (de terra, de tempo, de imaginação) e se dissolve para se refazer em outro lugar e outro momento, antes que o Estado possa esmagá-la. (BEY, 2001, p. 13).

Com relação aos novos movimentos sociais apresentados por Toraine (2006), esta apresentação de Bey (2001) vai ao mesmo sentido de ações que não se direcionam diretamente em oposição ao estado ou a estruturas sociais, mas sim, em mudanças culturais. Um dos avanços, no entanto, fica mais claro ao especificar a importância da autonomia para os movimentos, que esta imbricada tanto em sua estrutura como na agenda proposta.

Os novos questionamentos e formas de ocupação do espaço propostos por estas manifestações urbanas recentes apontam para uma nova relação com os indivíduos que, quando organizados em grupos, afastam o individualismo operante da modernidade tardia. O evento é formado, assim, por sujeitos políticos que visam alguma alteração cultural relacionada com a cidade, suas instituições e a forma como se estrutural as relações sociais nestes espaços.

II – Acontecimento e memória coletiva: a experiência do espaço

> "Estudantes, professores e servidores provavelmente teriam visões *divergentes acerca do próprio conceito de ocupar, mas ali não se debateria. Sabiam-se diferentes e mesmo assim não hesitaram. Sabiam do risco que enfrentariam, mas as-*

> *sumiram. Não houveram sequer palavras que desviassem a determinação, mas sim olhares, afetos e confiança: confiança no instante e em sua intensidade. Não haviam manuais, ou não se creíam neles. Não houve um líder que brandasse o discurso, ou uma performance individual que conduzisse o espetáculo: estavam todos em roda, irreconhecíveis. Não havia uma representação institucional que assinasse a legitimidade dos procedimentos, apenas dedos em riste para cima. A resposta era uníssona: não. Não à indiferença, não ao governo, não ao desmonte da educação. À morte, disseram: hoje não. À vida, disseram: essa não. Não se sabia os efeitos, talvez não se soubesse o grau de responsabilidade que enfrentariam, mas estavam dispostos a lidar com esse mistério: mistérios não se aniquilam. Não se sabia se daria certo, aliás não se sabia ao certo o que era o certo, mas sabiam o que andava errado, sentiam. E uma hora a gente revida." (Isoppo, 2017, p. 114)*

O que provoca mudança é o que vai além do esperado, contraria padrões, rompe, provoca efeitos, ações e reações, situando-se sempre no presente. O transformador sustenta-se nas pessoas e suas ações, resultando em experiências individuais e coletivas, transmitidas através da memória. Percorrer os seus mistérios pode se tornar prazeroso, desde que ao analisá-lo não se tente prendê-lo as normativas de pesquisas que limitem seu entendimento. Pelbart (2008) nos empresta um termo que merece destaque nesse artigo. A noção de acontecimento, inicialmente apresentado por Foucault:

> "Se o acontecimento foi, durante um tempo, uma categoria pouco avaliada dos historiadores, pergunto-me se, compreendida de certa maneira, a "acontecimentalização" não é um procedimento de análise útil. O que se deve entender por "acontecimentaliza-

> ção"? Uma ruptura absolutamente evidente, em primeiro lugar. Ali onde se estaria bastante tentado a se referir a uma constante histórica, ou a um traço antropológico imediato, ou ainda a uma evidência se impondo da mesma maneira para todos, trata-se de fazer surgir uma "singularidade". (...) Ruptura das evidências, essas evidências sobre as quais se apoiam nosso saber, nossos consentimentos, nossas práticas" (FOUCAULT, 1980, pp. 339-341).

Quando alguém ou um conjunto de pessoas se esgota das possibilidades que a realidade oferece, mas não possui ainda as ferramentas materiais e cognitivas para responder a ela, nesse limiar de fronteiras é que surge um acontecimento. Uma insurgência, uma paralização no tempo que tende a ser incendiária, um basta acompanhado de um reconhecimento mútuo de indignação que garante o vislumbre urgente de um novo porvir. Ele se dá, portanto, no instante presente e é empobrecido no momento em que se resume a uma relação de causa e efeito. Isto porque desejos afloram numa outra lógica temporal, não se pretendem resolvíveis, deliberáveis, são forças que apenas se expandem para a criação de novas questões.

Aqui, aciona-se Deleuze (1974) para abordar a noção de acontecimento, a partir do qual Foucault (1980) posiciona-se, afirmando que este possui um sentido próprio: ele é ao mesmo tempo a causa e o efeito, ele não dá sentido às coisas, ele é o próprio sentido. Para o primeiro, o acontecimento é um evento mágico que vem da mistura dos corpos e lhes atribui sentido. Em que pese seja incorporal ele dá sentido à mistura dos corpos, de modo a realizar a construção do sentido, o que não significa que o acontecimento tenha sentido, mas sim, que ele é o sentido.

Um acontecimento não pretende responder a uma realidade dada, e sim criar novas realidades. E esta resposta é materializada através da experiência dos corpos que manifestam o acontecer de modo que, para Deleuze, o "que há nos corpos, na profundidade dos corpos, são misturas: um corpo penetra outro e coexiste com ele em todas as suas partes, como a gota de vinho no mar ou o fogo no ferro" (1974, pp. 6-7). Neste diálogo aqui apresentado, Foucault (1980) afirma que por muito tempo havia uma dicotomia clara entre as estruturas (aquilo que é pensável) e o acontecimento (o irracional, o impensável). Segundo ele, existem

diversos tipos de acontecimentos com alcances e amplitudes cronológicas diferentes, e com capacidades diferentes de produzir efeitos. O mais importante, e também o mais difícil, é distinguir esses acontecimentos e diferenciar suas redes, tentando reconstruir a linha que os ligam e que os engendram, um a partir do outro.

O acontecimento urbano pode ser definido como as manifestações e/ou apropriações singulares e efêmeras que ocorrem nos espaços e instituições públicas de modo inesperado e que surgem através de frestas ou fissuras da política institucionalizada.

Na perspectiva temporal, caso não tenha continuidade ou passe há ter um tempo pré-determinado, a duração é rompida e o evento se encerra em si, torna-se finito. Para Santos, a duração é a quantidade de tempo em que ele ocorre tanto na ação como nas consequências desta, considerando que esse é sempre no tempo presente, mas o presente, nesse caso, não se limita há um instante. A duração está relacionada ao período de tempo em que este se faz sensível, presente, sem alterar suas características originais. Assim, os eventos "são todos novos. Quando eles emergem, também estão propondo uma nova história." (Santos, 1994, p. 94). A relação entre estes conceitos emerge a partir de ações que remetem à ideia de movimento, ocasionando combates de aderência à política, tema inerente ao das ocupações urbanas, visto que "quando ganhamos a certeza de que nenhum momento se repete, nem volta, então decidimos agir dentro dessas malhas estreitas" (Santos, 1994, p. 94).

Tem-se uma experiência de pessoal que resulta em um acontecer coletivo, expresso através de experiências individuais que, no acontecer, tornam-se ações coletivas. Estas narrativas aqui apresentadas perpetuam-se através da história e das memórias, noções dialéticas e associadas com o poder e com a política, visto que se utilizam da narrativa dominante para preencher suas páginas, sugerindo que existe uma verdade sobre o nosso passado que é escrita pela mão dos vencedores (Benjamin, 1987). Aqui trabalhamos com outras memórias. Nossas memórias. Memórias não contadas. Experiências vividas.

A centralidade da relação entre memória e os movimentos sociais dá-se a partir da memória coletiva (Halbwachs, 2006), em particular na abordagem de memória como narrativa autobiográfica (Arfuch, 2013), cujo sentido se constitui

desde a espacialidade e em sua relação intrínseca à questão da imagem, a partir do estabelecimento do discurso imagético como recurso constituidor e, também, de afirmação de determinado sentido da memória pelo estabelecimento de determinada imagem.

O método esta na própria narrativa, no contar de uma história, sendo que o conjunto de inter-relações propostas é atravessado pelo conceito de experiência (Jay, 2009), seja em seu sentido de experimento, isto é relativo a cada situação específica, conforme o nível de análise a ser acionado, a saber, espacial, social e temporal; seja como experiência acumulada cujo sentido remete imediatamente a memória e sua incidência nas práticas do lugar (Certeau, 1996). A experiência assume aqui o nível mais abstrato de referência do fenômeno em análise, sendo empregada como conceito que remete ao experienciado ou experimentado, tornando-se acessível através do discurso. Em particular, interessa a intersecção das relações entre os novos movimentos sociais, memória e suas manifestações socioespaciais, o que posiciona com relevância analítica a ideia de experiência, em virtude da inexorável relação entre memória e a construção da experiência.

No entremeio entre espaço apropriado e poder, tem-se o território, aqui acionado por sua relação intrínseca, em temos modernos, à construção social de uma identidade nacional. As concepções de território capazes de responder à realidade contemporânea são aquelas de perspectivas que valorizam a ideia de um território no sentido relacional e processual, devendo-se falar em processos de territorialização em vez de território de forma estabilizada, assim como em processos de identificação mais do que de identidades. As identificações, assim, seriam sempre configuradas em relação à dimensão histórica (memória, imaginação e passado), como em relação à dimensão geográfica, entorno espacial que vivenciamos (Haesbaert, 2007).

Esse estilhaçamento que acaba confluindo o antigo com o moderno é efeito da manifestação da fragilidade do presente: "[…] as ruínas do passado correspondem às de hoje; a morte não habita só os palácios de ontem, mas já corrói os edifícios que estamos erguendo" (Isoppo, 2017, p. 50). O Instituto de Psicologia da UFRGS, por exemplo, é um destes edifícios institucionais que se encontra materialmente e epistemologicamente corroídos pela ação das vigas do controle do Estado, os quais os estudantes querem se apropriar da operação da obra que os

põe em risco. Mas não é só de cimento cinza que vive uma Universidade. Cimento cinza e paredes brancas não contam história, a não ser que alguém assuma a tarefa de colori-la de narrativas e memória.[3]

Ocupar um espaço precarizado é criar um laboratório de inventividade política e se apropriar de suas urgências diretamente, se tornar responsável por ele. Mas mais do que apenas frequentá-lo enquanto um espaço de luta e trabalho, as pessoas se apropriam desse espaço como uma morada. Habitam lá e compartilham seus reclames cotidianos originários: comer, dormir, cuidar do espaço e de si mesmos, brotando uma urgência e um desejo de comunidade. A Ocupação, assim, para alem do fazer político, transborda para um existir coletivo, onde política e afetividade se indissociam na sua prática. Onde existir virou pauta política, pois o simples ato de viver não basta.

Arriscar e dispor seu corpo a uma experiência que foge ao tempo regular da história, que não traz garantias fora do tempo presente, que abre mão de muitas certezas produzidas no seio da sociedade, é reivindicar outra relação com os jogos de verdade. Um movimento que implica um empreendimento de coragem acima de tudo, pois coloca sua vida em risco para poder dizer: isso tudo não me contempla nem me representa, desejo ser outro daquele que sempre fui. Manifesta-se em um acontecimento porque essa insatisfação é trabalhada de um comum que lhes torna possível e faz despertar um contingente multitudinário que agora não se vê mais sozinho na luta, mas que encontra acolhimento nesse novo espaço combativo.

III – Ocupar e resistir

Vivemos ainda na construção e exacerbação do ambiente privado, privativo, do isolamento. O individualismo, conforme apontado por Sennett (1999), ainda impera na construção dos cotidianos e os acontecimentos urbanos tratados aqui refutam esta lógica imposta. A apropriação de um espaço é inerente ao acontecimento, desde que seja permita a realização do acontecer, que o espaço preserve seu conceito de a visibilização como público e valorize a essência do convívio

[3]Uma das marcas históricas da ocupação visíveis até hoje for a os grafites e pichações que, em imagem, ilustram o percurso das práticas e pensamentos dos estudantes que ali ocuparam.

urbano. A amplitude cronológica é um diferencial importante, visto que as ações coletivas propostas buscam uma dissipação do agora para o tempo futuro, sendo o acontecer sempre no presente, mas semeando possibilidade do sentir e de ações continuadas. Sempre é agora e sempre buscará um novo amanhã.

O evento é a interseção de vontades. O diferencial dos acontecimentos urbanos aqui acionados são suas relações de continuação, de dimensão, de duração e os modos de ação. O pequeno e o particular não diminuem sua escala. O que importa é a contaminação que irradia para outras experiências – como tentáculos de disseminação. Essa continuidade não é necessariamente a ação em si, mas, como exposto por Santos na definição de evento, o tempo em que este se mantêm sensível. Assim, cada ato, cada ocupação, reverbera individual e coletivamente.

Tendo em vista a globalização e suas implicações nas cidades e na cultura, a memória torna-se uma noção que assumem particular relevância na sociedade contemporânea, dada as transformações epistêmicas nas relações espaço-tempo nas últimas décadas. Neste cenário, os movimentos sociais também necessitam se estabelecer a partir da noção de memória, tendo como fio condutor o conceito de experiência.

Se a morte é um fator inevitável e a finitude é esclarecida, é no instante presente que se concentra toda realização de um desejo, toda prática libertadora e toda transformação necessária para o encontro com a verdade de si. Esse acontecimento já é irreversível mesmo que as ocupações acabem. A rachadura continuará ali visível e pulsante na vida de cada um dos estudantes que serão, no fim, convocados a testemunhar essa encarnada experiência. Sem os movimentos sociais e seus acontecimentos, o tempo só serviria para correr amorficamente, num piso frio de fatos previsivelmente consumados, onde tudo passa e nada ocorre, nada de novo ocorre que não seja para legitimar o velho e barrar uma possível outra realidade.

Uma característica dos processos de urbanização das metrópoles contemporâneas é a dissolução da memória plural e complexa, um mecanismo político que pretende impor de forma absoluta novas identidades coletivas, concepções simples e manipuladas do social, no presente marcadas pela transformação do moderno cidadão, pertencente a uma classe social e assim dotado de inserção na temporalidade e espacialidade, em consumidor. O processo relacional entre ter-

ritorialização, identificação e memória está estruturado em um modelo político sustentado no sistema de construção das cidades para apagar a memória urbana e constituir a paisagem como espaço de consumo.

Em suma, estes acontecimentos urbanos cada vez mais recorrentes, questionam diretamente a relação das pessoas com o espaço, propondo uma valorização da esfera política deste. Aborda, portanto, um constante processo de significação e ressignificação, tratando o coletivo como o avesso do individual, tencionando estruturas adormecidas, tabus e lógicas repetitivas de viver, através de eventos de ruptura e deslocamentos, que valorizam as relações afetivas possibilitadas em cada acontecimento. Entender as apropriações urbanas significa entender a efemeridade do espaço onde o tempo precisa ser incorporado de outra forma na construção da cidade e da sociedade. Em outras palavras, é preciso levar em consideração a atual dinâmica das cidades e das pessoas que nela habitam, situando os movimentos sociais no tempo do agora, com a velocidade dos acontecimentos, com as novas relações afetivas e com os novos desejos e necessidades humanas.

O que se diz sobre as ocupações a partir dos militantes é que 'não seremos mais como éramos antes'. Para a comunidade acadêmica, o produto da Ocupação foi também a aproximação dos envolvidos com uma visão enquanto unidade de estudantes e uma perspectiva de categoria a nível nacional. Da mesma forma, foi um espaço de ampla troca de conhecimentos e constantes aprendizagens. A tarefa, a partir da desocupação, é manter essa experiência comunicável como uma memória inspiradora para as novas lutas por vir. Assim, o movimento, mesmo consumado, nunca estará perdido, pois estará inscrito no corpo do enlutado e nos rastros da história. Se a morte é o tempo, a vida é a memória.

Recebido em 12/09/2019
Aprovado em 21/09/2019

IV – Bibliografia

ARFUCH, L. (2013) **Memoria y autobiografía. Exploraciones en los límites**. Buenos Aires: Fondo de Cultura.

BENJAMIN, W. (1987) *Sobre o conceito da História*. In: **Magia e técnica, arte e política. Ensaios sobre literatura e história da cultu**ra. Rio de Janeiro: Brasiliense, p. 222-232.

BEY, H. (2001) *TAZ* - **Zona Autônoma Temporária**. São Paulo: Conrad.

CERTEAU, M. (1996) **A invenção do cotidiano**. Rio de Janeiro: Vozes.

DELEUZE, G. (1974). **A Lógica do Sentido**. Trad. Luis Roberto Salinas Fortes. São Paulo: Perspectiva.

FOUCAULT, M. (1980) *"Acontecimentalizar"*. In: **Ditos e Escritos IV – Mesa redonda em 20 de Maio de 1978.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, pp. 339-341.

HALBWACHS, M. (2006) **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro.

HAESBAERT, R. (2007) *Identidades Territoriais: entre a multiterritorialidade e a reclusão territorial (ou: do hibridismo cultural à essencialização das identidades)*. In: HAESBAERT, R. & ARAUJO, F. **Identidades e Territórios: questões e olhares contemporâneos**. Rio de Janeiro: Access. pp. 33-56

HECK, M. (2015) **Espaço público e as manifestações urbanas. O caso de Porto Alegre: cartografias e discursos**. Dissertação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

ISOPPO, R. (2017) **Ensaios sobre o morrer: como escrever sobre algo que não se fala***?* Dissertação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. [no prelo]

JAY, M. (2009) **Cantos de experiencia. Variaciones modernas sobre um tema universal.** Buenos Aires: Paidos.

LEFEBVRE, H. (2008 [1968]) **O direito à cidade**. São Paulo: Editora Centauro; Tradução: Rubens Eduardo Frias.

PELBART, P. (2008) *Poder sobre a vida, potência da vida*. In: **Lugar Comum**, n. 17, pp. 33-43. Rio de Janeiro.

SENNETT, R. (1999) **O Declínio do Homem Público: As tiranias da intimidade.** Tradução: Lygia Araújo Watanabe. São Paulo: Companhia das Letras.

TILLY, C. & TARROW S (2007). **Contentious politics**. Nova Iorque: Paradigm Publishers.

TOURAINE, A. (2006) *Na fronteira dos movimentos sociais*. In: **Sociedade e Estado**. Brasília, jan-abr.